

Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão ^{vem} primeiro

Leonardo Garcia | Roberval Rocha

Caderno de Treino

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

Procurador Municipal

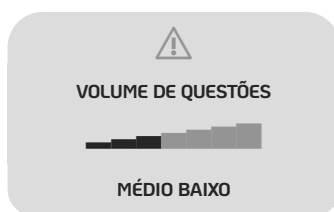
Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

6^a
edição

Revista, atualizada
e ampliada

2026

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL



1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1.1. Controle Concentrado

1.1.1. ADI/ADC

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF SUM 614 Somente o Procurador-Geral da Justiça tem legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de lei municipal.

STF SUM 642 Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

STF SUM 729 A decisão na Ação Direta de Constitucionalidade nº 4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária.

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (Cespe/PGM/Camaçari/Procurador/2024) O tribunal de justiça de determinado estado da Federação julgou procedente pedido formulado em ADI para declarar inconstitucional determinada lei oriunda do município X. Inconformado com a decisão, o prefeito municipal, legitimado pela Constituição estadual para propor ADI no tribunal de justiça, interpôs recurso extraordinário dirigido ao STF para impugnar a decisão proferida na referida ADI, tendo sido a peça recursal assinada apenas pelo procurador-geral do município X. Considerando a situação hipotética apresentada e o entendimento jurisprudencial do STF, atenda ao que se pede a seguir. (1) Indique, com a devida fundamentação, o requisito para a interposição de recurso extraordinário pelo município X contra a decisão de mérito proferida em ADI julgada pelo tribunal de justiça. (2) Discorra, de forma fundamentada, acerca da legitimidade recursal do procurador-geral do município X em relação à ADI julgada pelo tribunal de justiça.

2. (Cespe/PGM/Natal/Procurador/2023) Sabendo que, no ordenamento jurídico brasileiro, a ação declaratória de

constitucionalidade (ADC) é um dos meios de se exercer o controle de constitucionalidade, discorra acerca dessa ação, respondendo, de forma fundamentada, às indagações que se seguem: (1) Qual o recurso cabível a ser interposto caso a petição inicial seja liminarmente indeferida pelo relator por considerá-la inepta? (2) Após a propositura da ADC, é possível à parte que a propôs formular pedido de desistência? (3) No que concerne às medidas cautelares na ADC, qual o critério para o deferimento dessas medidas e qual a consequência prevista na legislação de regência? (4) A medida cautelar deferida vigora de forma ininterrupta?

3. (UFG/PGM/Morrinhos/Procurador/2023) Um município aprovou uma lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas e cigarros em estabelecimentos localizados a 100 metros de escolas. A associação de empresários que possui bares e restaurantes na região ingressou com uma ação judicial, na vara da fazenda pública da Comarca do Município, exigindo a restauração ao direito de comercializar bebidas alcoólicas e cigarros, questionando também a constitucionalidade da lei em razão da violação do preceito fundamental da livre concorrência. O procurador do município foi instado pela prefeitura a emitir um parecer sobre a situação narrada e os riscos jurídicos envolvidos, por meio das respostas às questões abaixo: (a) Quais seriam os fundamentos jurídicos para defender a manutenção da aplicação da lei municipal? (b) Sabendo que a notícia foi amplamente divulgada na mídia, qual a possibilidade de que algum legitimado ingresse com ação de controle concentrado para questionar a constitucionalidade da lei municipal perante o STF? (c) Há possibilidade de questionamentos da referida lei por meio de ação de controle concentrado de constitucionalidade da lei municipal perante o Tribunal de Justiça? Se sim, a CF, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município poderiam servir de parâmetros de controle de constitucionalidade? (d) Há recurso cabível contra a decisão terminativa do Tribunal de Justiça, caso a lei seja declarada inconstitucional em sede de controle concentrado? Colocando-se no lugar do Procurador do Município, emita o parecer solicitado, em até 30 linhas, respondendo todos os questionamentos realizados pela prefeitura

4. (Fundepes/PGM/Marechal_Deodoro/Procurador/2023) O Município X, com o propósito de organizar a atividade profissional de motociclistas em suas vias públicas, editou lei por meio da qual

estabeleceu regras para o exercício das profissões de motoboy, mototaxista e motociclista de aplicativo, dentro dos seus limites territoriais, com requisitos para o profissional se habilitar e se credenciar junto ao órgão municipal competente, definindo as atividades privativas e proibitivas para essas profissões, dispondo sobre modelos de veículos, equipamentos e condutas no trânsito que os profissionais deveriam observar no desempenho de suas atividades, além de delimitar número de passageiros, limite de horas de trabalho na condução dos veículos e número máximo de autorizações a serem concedidas pela municipalidade, de acordo com o critério de distribuição de pontos pela cidade, em que a maior quantidade estava destinada às empresas prestadoras de serviços correlacionados às atividades dessas profissões. Considerando essa situação hipotética, à luz da CF e da jurisprudência do STF, discorra sobre os seguintes aspectos: (a) Compatibilidade da legislação municipal com a disciplina constitucional de competência dos entes federativos. (b) Controles difuso e abstrato de constitucionalidade da legislação municipal e as possibilidades de parâmetros de controle (Lei Orgânica, Constituição Estadual e CF).

5. (Ibam/PGM/Cubatão/Procurador/2021) A Câmara Municipal de Cubatão derrubou veto jurídico do senhor Prefeito e promulgou lei de iniciativa parlamentar aprovada naquela Casa Legislativa, que veicula matéria de direito civil, cuja competência legislativa é privativa da União na forma do art. 22, I, da CF. Na hipótese de a Constituição do Estado não conter regra semelhante àquela constante do art. 22, I da CF, poderia o Tribunal de Justiça, em sede de ADI, declarar a inconstitucionalidade da lei local sob o argumento de que esta invade competência privativa da União para legislar sobre a matéria? Responda de forma fundamentada, à luz das disposições encartadas na CF e de acordo com o atual entendimento do STF.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (FGV/PGM/Abreu_e_Lima/Procurador/2025) Analise a seguinte narrativa: (1) A Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da Seção do Estado Beta, (2) ajuizou ADI por omissão, perante o STF, argumentando que (3) a não edição de determinada norma regulamentadora do art. X da CF, de competência do Estado Teta, estava inviabilizando o aprimoramento do controle social dos atos da Administração Pública. Por tal razão, (4) requereu a concessão de medida liminar para que o Tribunal integrasse a eficácia da norma constitucional até que sobreviesse a norma regulamentadora. Considerando a sistemática afeta à ADI por omissão, é correto afirmar que:

- todos os tópicos da narrativa estão corretos.
- apenas os tópicos 1, 2 e 3 estão corretos.
- apenas os tópicos 1, 3 e 4 estão corretos.
- apenas os tópicos 1 e 2 estão corretos.
- apenas os tópicos 2, 3 e 4 estão corretos.

2. (FGV/PGM/Abreu_e_Lima/Procurador/2025) Certo legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça ajuizou representação de constitucionalidade sob o argumento de que a Lei XX, do Município Alfa, afrontava certas normas da CF. Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar que a referida ação:

- somente pode ser conhecida se o paradigma de confronto indicado tiver sido reproduzido na Constituição do respectivo Estado.
- não pode ser conhecida em hipótese alguma, já que o paradigma de confronto indicado é a CF.
- deve ser encaminhada ao STF, sob pena de ser caracterizada a usurpação de competência quanto à guarda da CF.

- somente pode ser conhecida se o paradigma de confronto indicado for de reprodução obrigatória na Constituição Estadual e essa reprodução tiver ocorrido.
- deve ser conhecida caso o paradigma de confronto indicado seja norma de reprodução obrigatória na Constituição Estadual, ainda que essa reprodução não tenha ocorrido.

3. (Vunesp/PGM/Campinas/Procurador/2025) Suponha que foi publicada uma decisão administrativa do Tribunal de Justiça do Estado X, que tem conteúdo normativo dotado de generalidade e abstração. Inconformado com o teor da deliberação, o Governador do Estado X ajuizou ADI no STF. Ocorre que, dois dias após o protocolo da inicial, o Governador procedeu ao seu aditamento, com o fim de incluir novos dispositivos legais na impugnação. Em base na situação hipotética apresentada e no disposto na jurisprudência do STF, é correto afirmar:

- admite-se que decisão administrativa de Tribunal de Justiça seja objeto de ADI, a qual deve ter seu mérito analisado ainda que a deliberação seja revogada, mas o Governador do Estado não tem legitimidade para propor ação direta com esse objeto.
- após despachada a inicial, não é possível o aditamento, devendo o Governador ajuizar uma nova ADI.
- o aditamento à petição inicial é possível, desde que não seja necessário requerer novas informações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República e que não atrapalhe o objeto da ação.
- a ADI não deve ser conhecida, pois não se admite que ela tenha por objeto decisão administrativa de Tribunal de Justiça.
- o aditamento à petição inicial em ADI é admitido até a publicação do despacho do relator que o coloca em pauta para julgamento.

4. (Vunesp/PGM/Campinas/Procurador/2025) Tendo em vista o entendimento do STF, assinale a alternativa correta acerca da legitimidade para a propositura da ADI.

- As federações sindicais qualificam-se como entidades de classe de âmbito nacional, tendo legitimidade ativa para a propositura de ADI.
- A associação, para ter legitimidade para a propositura de ADI, tem que demonstrar o seu caráter nacional, mediante comprovação da presença efetiva de associados em, pelo menos, sete estados-membros.
- A propositura da ADI pelo Conselho Federal da OAB independe de comprovação de pertinência temática.
- Se ocorrer a perda da representação do partido político autor da ADI, essa deve ser julgada extinta sem julgamento do mérito, tendo em vista a ilegitimidade da parte autora.
- Os estados-membros da Federação estão no rol dos legitimados a agir como sujeitos processuais em sede de controle concentrado de constitucionalidade, podendo, inclusive, intervir como terceiros subjetivamente interessados no feito.

5. (Consulplan/PGM/Indaiatuba/Procurador/2025) Com base na legislação pertinente e na jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- É cabível ADI contra decreto autônomo que extingue colegiados da Administração Pública.
- Em razão de sua natureza de controle concentrado, não é possível celebrar acordo em ADPF.
- A alteração do parâmetro constitucional, quando o processo ainda está em curso, prejudica o conhecimento da ADI.
- Uma lei que tenha destinatários determináveis continua possuindo caráter abstrato e geral, não podendo ser impugnada por meio de ADI.

6. (Fundatec/PGM/Soledade/Procurador/2025) Considerando a Lei 9.868/99 sobre a ADI, assinale a alternativa correta.

- Entidade de classe de âmbito nacional não está dentre os(as) que podem propor a ADI.
- Uma vez proposta a ADI, desde que fundamentadamente, é admissível a sua desistência.
- Da decisão que indeferir a petição inicial na ADI caberá recurso ordinário.
- Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ADI.
- Mesmo em caso de excepcional urgência, o Tribunal não poderá deferir a medida cautelar sem promover a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

7. (Idecan/PGM/Patos/Procurador/2025) Tendo em vista as disposições expressas na Lei 9.868/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ADI e da ação declaratória de constitucionalidade perante o STF, em especial sobre a ação direta por omissão, é correto afirmar que:

- podem propor a ADI por omissão os legitimados à propositura da ADI e da ação declaratória de constitucionalidade.
- é facultado a petição inicial indicar a omissão inconstitucional total ou parcial quanto ao cumprimento de dever constitucional de legislar ou quanto à adoção de providência de índole administrativa.
- não cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.
- proposta a ADI por omissão, é facultada a desistência.
- o relator poderá solicitar a manifestação do Advogado-Geral da União, que deverá ser encaminhada no prazo de 05 dias.

8. (Consulplan/PGM/Niterói/Procurador/2025) O município de Niterói aprovou uma lei que trata de sistemas de consórcios e sorteios. O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ajuizou ADI perante o Tribunal de Justiça estadual, sustentando que a norma municipal seria inconstitucional por invadir competência da União. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro não possui dispositivo expresse tratando da competência dessa matéria. Sobre o caso hipotético narrado, assinale a afirmativa correta.

- O Procurador-Geral de Justiça tem legitimidade para ajuizar ADI estadual perante o Tribunal de Justiça.
- Não é caso de ADI estadual, mas sim de ADPF.
- O Tribunal de Justiça estadual não é competente para julgar essa ADI porque a violação alegada é contra a CF.
- A lei municipal é válida, pois os municípios possuem competência concorrente para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, conforme atual entendimento do STF.

9. (Cespe/PGM/Andradina/Procurador/2025) No modelo dúplice de controle de constitucionalidade brasileiro, a admissibilidade da ação direta está condicionada à inviabilidade do controle difuso.

10. (Vunesp/PGM/Aparecida/Procurador/2024) A respeito da ADI, assinale a alternativa correta:

- A capacidade postulatória do Governador do Estado depende da subscrição da petição inicial também pelo Procurador-Geral do Estado.
- Atualmente, entende-se que as centrais sindicais têm legitimidade ativa para ajuizar ADI, desde que subscrita por advogado e demonstrada a pertinência temática.
- Para que o partido político tenha capacidade postulatória é preciso que esteja representado no Congresso Nacional por pelo menos 15 parlamentares.

- Desde que demonstrada a relevância da matéria e sua repercussão geral, admite-se que os atos pré-constitucionais sejam passíveis de controle por meio de ADI.
- Admite-se o controle de constitucionalidade do Direito Constitucional secundário, que corresponde ao exercício do poder constituinte derivado.

11. (Vunesp/PGM/Catanduva/Procurador/2024) Assinale a alternativa correta a respeito da ADI:

- O relator concederá ao autor da ação direta o prazo de 15 dias para emenda da petição inicial quando esta for inepta, não fundamentada ou manifestamente improcedente.
- O relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado, que serão prestadas no prazo de 30 dias do recebimento do pedido.
- Proposta a ação direta, e havendo desistência do autor durante o curso do processo, o Ministério Público assumirá o polo ativo da demanda, devendo o relator impor sanção ao autor desistente.
- No julgamento do pedido de medida cautelar, não haverá sustentação oral, mas o relator deverá, previamente, abrir vista ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República.
- A concessão da medida cautelar terá efeito “ex nunc”, exceto se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa, mas não torna aplicável a legislação anterior acaso existente.

12. (Vunesp/PGM/Santo André/Procurador/2024) Determinado município sofre pressão da classe dos professores da rede pública para criar plano de carreira. O Ministério Público, por sua vez, ingressou com ADI. A esse respeito, é correto afirmar que a ADI por omissão deve:

- tramitar perante o STF, em face do Prefeito Municipal.
- ser proposta perante o Tribunal de Justiça Local, em face do Prefeito Municipal.
- ser proposta perante o Tribunal de Justiça Local, em face da Câmara de Vereadores.
- ser proposta perante o STF, em face do Congresso Nacional.
- ser proposta perante o Tribunal de Justiça Local, em face da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

13. (Vunesp/PGM/Sorocaba/Procurador/2024) A respeito da ADI por omissão (ADO), assinale a alternativa correta:

- O apelo ao legislador é uma técnica de decisão que foi desenvolvida, principalmente, para os casos de omissão inconstitucional, já a declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia de nulidade tem aplicação restrita no âmbito da ADI.
- Diferentemente da ADI, o processo do controle da omissão por meio da ADI por omissão se destina à proteção de situações individuais e de relações jurídicas subjetivas.
- Atualmente entende-se que no âmbito da ADO o STF tem competência para conhecer das omissões de índole administrativa e legislativa exclusivamente relacionadas com os órgãos legislativos federais.
- O STF entendia que, uma vez iniciado o processo legislativo, não haveria omissão inconstitucional do legislador, em face da inexistência de previsão na Constituição a respeito dos prazos para a apreciação dos projetos de lei. No entanto, atualmente entende-se que a “inertia deliberandi” das Casas Legislativas pode ser objeto da ADO.
- Como na omissão parcial existe uma conduta positiva do legislador, o STF entende que não é cabível a ADI por omissão, mas sim a impetração de mandado de injunção pelo sujeito diretamente prejudicado, bem como que é incabível a concessão de cautelar em sede de ADO.

14. (Consulplan/PGM/Pitangueiras/Procurador/2024) De acordo com as normas constitucionais vigentes, detém legitimidade ativa para propor a ADI e a ação declaratória de constitucionalidade:

- a) a Mesa do Congresso Nacional.
- b) o Defensor Público-Geral Federal.
- c) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- d) o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

15. (Consulplan/PGM/Cacoal/Procurador/2024) Sobre as ações constitucionais e seus respectivos procedimentos especiais, regulados pela CF e pelas leis infraconstitucionais respectivas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ajuizada uma ADI ou uma ADC e, decorrido o prazo das informações, serão ouvidos, sucessivamente, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo de quinze dias.
- II. Concedida a medida cautelar, o STF fará publicar, em dez dias, em seção especial do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça da União, a fundamentação e a parte dispositiva da decisão, dispensado o relatório, devendo solicitar as informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I do Capítulo II da Lei 9.868/99.
- III. O “*ouerruling*”, embora seja técnica processual civil amplamente utilizada em nosso sistema de controle de constitucionalidade, não possui previsão normativa expressa.
- IV. Um exemplo eloquente da técnica do “*signaling*” ocorreu no REsp 1.253.844/SC, sobre o art. 28 da Lei 7.347/85 em que o STJ pacificou o entendimento de que seria aplicável, extensivamente, o enunciado de sua Súmula 232, para que, verificada a iniciativa do Ministério Público, seria dever da Fazenda Pública respectiva o custeio dos honorários periciais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmativas estão incorretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

16. (FGV/PGM/Vitória/Procurador/2024) O Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJEA), ao apreciar ADI manejada contra a Lei X, do Município Sigma, declarou a sua inconstitucionalidade utilizando como paradigma norma da CF afeta ao processo legislativo, mais especificamente à promulgação das leis. Em sede de embargos de declaração, esclareceu que a Constituição do Estado Alfa não teria disciplinado a temática, daí a utilização da congênera federal como paradigma de confronto. À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação à referida decisão, que:

- a) é correta, considerando a natureza da norma utilizada como paradigma de confronto pelo TJEA.
- b) usurpou competência do STF ao realizar a análise com base na CF.
- c) é incorreta, salvo se houver norma da Constituição Estadual remetendo à CF e determinando a sua aplicação subsidiária.
- d) é correta, pois o sistema constitucional brasileiro forma uma organicidade, logo, o TJEA sempre apreciará a norma objeto de controle à luz das Constituições Federal e Estadual.
- e) é incorreta, salvo se a CF contiver norma expressa determinando a observância da norma pelas Constituições Estaduais, não bastando a ideia de simetria.

17. (Cespe/PGM/Cachoeiro_do_Itapemirim/Procurador/2024) A concepção predominante acerca da natureza e dos efeitos da ação declaratória de constitucionalidade e da ADI é a de que essas ações, em termos gerais, têm, uma em relação à outra, caráter dúplice e se equivalem.

18. (Vunesp/PGM/Osasco/Procurador/2024) A respeito do controle concentrado de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Em mudança de entendimento, para garantir uma maior abertura no debate constitucional, o STF passou a atribuir legitimidade ativa, no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, à União Nacional dos Estudantes, bem como às pessoas jurídicas de direito privado que tenham como integrantes associações de natureza civil e organismos sindicais.
- b) O Governador de Estado é legitimado universal para propositura de qualquer ação no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, dispensando-se a demonstração de pertinência temática quando impugnar diploma normativo relativo a outra Unidade da Federação.
- c) O decreto legislativo do Congresso Nacional que suspende a execução de ato do Executivo, em face da incompatibilidade com a lei regulamentada não está sujeito a controle normativo abstrato, sob pena de inobservância do postulado da separação dos poderes.
- d) Em decorrência dos princípios da congruência e da objetividade que vigoram em sede de controle abstrato de constitucionalidade, veda-se a designação de peritos para emitir parecer sobre a questão debatida, de forma que as causas que demandarem dilação probatória não podem ser apreciadas em ADI.
- e) Apesar do disposto no art. 138, § 1º, do CPC, predomina no STF que o “*amici curiae*” não tem legitimidade para opor embargos de declaração nos processos objetivos de controle de constitucionalidade, uma vez que a norma processual aplica-se aos feitos que não são regulados por leis especiais.

19. (FGV/PGM/Macaé/Procurador/2024) Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça ingressou com Representação de Inconstitucionalidade (RI) da Lei X do Município Alfa, tendo argumentado com a colidência desse diploma normativo com o art. Y da CF. Este último preceito veicula norma estatuinte hipótese de iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo e que não foi reproduzido na Constituição Estadual. O relator votou corretamente pelo(a):

- a) remessa do feito ao STF.
- b) cabimento da RI, considerando a natureza da norma invocada pelo legitimado como paradigma de confronto.
- c) descabimento da RI, considerando a inexistência de paradigma de confronto na Constituição Estadual.
- d) cabimento da RI, pois a unidade sistêmica da ordem constitucional autoriza o Tribunal de Justiça a analisar a compatibilidade da Lei X com a totalidade das normas constitucionais.
- e) descabimento da RI, considerando que apenas as normas da CF reproduzidas na Constituição Estadual podem ser utilizadas como paradigma de confronto.

20. (FGV/PGM/Caraguatatuba/Procurador/2024) O Estado Alfa editou a Lei X, na qual dispõe sobre matéria afeta à sua competência legislativa concorrente com a União, acrescendo-se que este ente federativo, na ocasião, ainda tinha editado lei sobre a temática. Em momento posterior, a União editou a Lei Y, que veiculou normas gerais sobre a temática em sentido diametralmente oposto ao da Lei X. O Partido Político Beta entende que ambos os diplomas normativos afrontam a CF, de modo que a sua incidência em alguma situação concreta seria extremamente prejudicial ao interesse público. Por essa razão, consultou sua assessoria a respeito dos efeitos da sucessão entre os referidos diplomas normativos e sobre a possibilidade de submetê-los ao controle concentrado de constitucionalidade perante o STF, considerando

os mencionados efeitos deletérios que produzirão. A assessoria respondeu, corretamente, que:

- a Lei X teve sua eficácia suspensa pela Lei Y, sendo que, caso este último diploma normativo seja submetido ao controle concentrado de constitucionalidade, o mesmo deve ser feito em relação ao anterior.
- a Lei X foi revogada pela Lei Y, sendo que, caso este último diploma normativo seja submetido ao controle concentrado de constitucionalidade, o mesmo deve ser feito em relação ao anterior.
- como a Lei Y suspendeu a eficácia da Lei X, somente aquela, não esta, deve ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade.
- em nenhuma hipótese a Lei X poderia ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade, já que se contrapõe à Lei Y, não a uma norma constitucional.
- como a Lei Y revogou a Lei X, somente aquela, não esta, deve ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade.

21. (Cespe/PGM/Mossoró/Procurador/2024) A Mesa do Congresso Nacional tem legitimidade para interpor ADI, desde que demonstrada a pertinência temática.

22. (Cespe/PGM/Mossoró/Procurador/2024) Desde que previsto na Constituição estadual, é possível o controle concentrado de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais contrários à lei orgânica do município.

23. (Cespe/PGM/Mossoró/Procurador/2024) Em razão da ausência de hierarquia entre os entes federativos, compete ao STF processar e julgar, originariamente, ADI de lei ou de ato normativo municipal.

24. (FGV/PGM/Niterói/Procurador/2023) O prefeito do Município Alfa tomou conhecimento de que a Lei Orgânica do Município foi alterada na parte relativa ao processo legislativo. Em razão dessa alteração, foi prevista uma legitimidade ampla e concorrente, entre os legitimados à deflagração do processo legislativo, em todas as matérias de competência do Município. Ao analisar a Constituição do Estado em cujo território está inserido o Município Alfa, o prefeito constatou que ali não foi inserida nenhuma norma afeta ao processo legislativo. Por outro lado, entendia que a CF fora afrontada e que a referida alteração deveria ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade. À luz das circunstâncias indicadas na narrativa, é correto afirmar que a alteração promovida na Lei Orgânica do Município Alfa, ao ser cotejada com a CF, é:

- inconstitucional, por afrontar normas de repetição obrigatória, em razão do princípio da simetria, podendo a sua compatibilidade com a CF ser analisada, em sede de controle concentrado, apenas pelo Tribunal de Justiça.
- inconstitucional, por afrontar normas de repetição obrigatória, em razão do princípio da simetria, podendo a sua compatibilidade com a CF ser analisada, em sede de controle concentrado, apenas pelo STF.
- constitucional, considerando a autonomia política do Município para editar sua lei orgânica e estabelecer as normas relativas ao processo legislativo, sendo que a sua compatibilidade com a CF só pode ser apreciada pelo STF.
- inconstitucional, por afrontar normas de repetição obrigatória, em razão do princípio da simetria, podendo a sua compatibilidade com a CF ser analisada, em sede de controle concentrado, pelo STF ou pelo Tribunal de Justiça.
- constitucional, considerando a autonomia política do Município para editar sua lei orgânica e estabelecer as normas relativas ao processo legislativo, sendo que a sua compatibilidade

com a CF não pode ser apreciada em sede de controle concentrado.

25. (Vunesp/PGM/Piracicaba/Procurador/2023) No tocante às ações da CF versando sobre controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- A medida cautelar deferida em ADI será, como regra geral, dotada de eficácia erga omnes e efeito “ex tunc”, salvo se o Tribunal entender de forma diversa.
- A medida cautelar deferida em ação declaratória de constitucionalidade importará, como regra geral, na aplicação da legislação anterior, acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
- A decisão sobre a constitucionalidade de lei na ação direta de constitucionalidade exige a manifestação, nesse sentido, de ao menos 6 Ministros, estando presentes na sessão pelo menos 8 Ministros.
- A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecurível podendo ser o objeto de ação rescisória.
- Há identidade entre todos os legitimados para a propositura da ADI por omissão e para a Ação Direta de Constitucionalidade.

26. (Ibade/PGM/Rio Branco/Procurador/2023) O controle de constitucionalidade é um mecanismo criado através de Lei como maneira de proteger a soberania da CF. Com o fim de garantir o pleno funcionamento das leis e normas constitucionais há dois tipos de fiscalização, e cada controle irá atuar de forma diferente, quais sejam, o controle de constitucionalidade preventivo e o controle de constitucionalidade repressivo, conforme previsto na Lei 9.868/99. Considerando tais informações e outras na legislação referida, além da própria CF, é correto afirmar que:

- é admissível a intervenção de terceiros no processo de ADI.
- podem propor a ADI os Ministros de Estado.
- depois de proposta a ação declaratória de constitucionalidade ou ADI, é permissível a sua desistência.
- o Tribunal não poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.
- a medida cautelar em ADI, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito “ex tunc”.

27. (Vunesp/PGM/Marília/Procurador/2023) Sobre o controle de constitucionalidade de leis municipais, é correto afirmar que:

- compete ao Tribunal de Justiça estadual processar e julgar a ADI de lei municipal em face da CF.
- não há possibilidade de controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Lei Orgânica do Município, seja junto ao Tribunal de Justiça Estadual, seja junto ao STF.
- a proposição de ação direta no Tribunal de Justiça por violação de trecho da Constituição Estadual de reprodução obrigatória da CF suspende a ação ajuizada perante o STF.
- não é cabível o uso da ADPF, ainda que subsidiariamente, para a realização de controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da CF.
- apenas é possível o controle de constitucionalidade difuso, também chamado de “stare decisis”, no caso de violação por lei municipal a dispositivo da CF.

28. (Fundatec/PGM/Porto Alegre/Procurador/2023) No campo da Teoria da Constituição, o debate acerca da assim denominada “última palavra sobre a Constituição” tem como uma das principais teorias a dos Diálogos Constitucionais cuja discussão teve lugar a

partir da experiência histórica do Canadá, país regido por um sistema constitucional que exige que as decisões da respectiva Suprema Corte no controle de constitucionalidade sejam objeto da concórdância e implementação por parte das maiorias legislativas. Quanto ao sistema constitucional brasileiro, é correto afirmar que:

- O sistema de controle de constitucionalidade, tal como previsto na CF do Brasil, não possibilita a reversão das decisões do STF em controle abstrato de constitucionalidade, nem exige a colaboração das maiorias legislativas para a respectiva implementação, independentemente de emenda constitucional prevendo tal possibilidade, uma vez que, em sendo editada e promulgada, seria inconstitucional por atribuir ao Poder Legislativo função atípica anormalmente sobreposta à função típica do Poder Judiciário.
- O sistema de controle de constitucionalidade, tal como previsto na CF brasileira, exige a colaboração do Poder Legislativo para as decisões do STF em controle abstrato de constitucionalidade, e permite sua reversão pelas maiorias legislativas, independentemente de alteração do texto constitucional.
- O sistema de controle de constitucionalidade, tal como previsto na CF não exige a colaboração do Poder Legislativo para as decisões do STF em controle abstrato de constitucionalidade, mas permite sua reversão pelas maiorias legislativas.
- O sistema dos diálogos institucionais é o vigente no Brasil, com sede material no art. 52, X da CF, aplicável tanto no controle difuso quanto no concentrado.
- A reversão das decisões do STF em controle abstrato de constitucionalidade não se relaciona com a Teoria dos Diálogos Constitucionais, mas sim o fenômeno do “backlash”, que com ela não se relaciona, como ocorreu no caso em que a decisão do STF sobre a Vaquejada que redundou na aprovação da EC 96.

29. (Cespe/PGM/São Paulo/Procurador/2023) A ação declaratória de constitucionalidade (ADC):

- gera efeito vinculante, mas não erga omnes, no acórdão que a julga.
- não admite, por sua natureza, a concessão de medida liminar.
- não pode, em regra, ser ajuizada, de forma válida, após a imediata promulgação de uma lei para o fim de obter declaração antecipada de sua constitucionalidade.
- não exige o atendimento da pertinência temática pelos legitimados a promovê-la.
- exige quórum de julgamento de mérito inferior ao da ADI.

1.1.2. ADPF

QUESTÕES DISCURSIVAS

6. (FGV/PGM/Niterói/Procurador/2023) Diante das fortes chuvas, dos deslizamentos de encostas e do aumento do número de pessoas desabrigadas no Município de Couves Altas, a Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Moradores de Favelas propõe ADPF alegando omissão do ente público municipal em elaborar e implementar um plano de urbanização das comunidades, que abranja a prestação de serviços públicos essenciais, a construção de habitações populares e o reassentamento de famílias situadas em área de risco. Como Procurador do Município, apresente os argumentos de defesa quanto: a) à legitimidade da referida associação para a propositura de ADPF perante o STF; b) ao cabimento de ADPF para pleitear tais providências; e c) à possibilidade de o STF impor ao Município a elaboração e implementação do plano pretendido.

QUESTÕES OBJETIVAS

30. (Consulplan/PGM/Niterói/Procurador/2025) No âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, e, considerando os instrumentos processuais previstos na CF para o controle concentrado de constitucionalidade, trata-se de uma situação que não corresponde à utilização da ADPF, segundo a jurisprudência do STF:

- Ação ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 2005, na qual se pleiteava o reconhecimento da não recepção da Lei 5.250/67 (Lei de Imprensa) pela CF, em razão de ofensa à liberdade de expressão e ao livre exercício da atividade jornalística. O julgamento ocorreu em 2009, com a decisão do STF de que a referida lei não foi recepcionada pelo novo regime constitucional.
- Ação proposta pela Procuradoria-Geral da República, em 2007, visando assegurar a realização de manifestações públicas favoráveis à descriminalização do uso de entorpecentes, sustentando que tais atos seriam expressão legítima da liberdade de reunião e de pensamento, e que a repressão a essas manifestações configuraria censura. O julgamento foi finalizado em 2011, com o reconhecimento da constitucionalidade das manifestações.
- Ação proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), em 2004, que questionava a criminalização da interrupção da gravidez nos casos de diagnóstico de anencefalia, afirmando que a manutenção compulsória da gestação violaria direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a autonomia da mulher e a proteção à saúde. O julgamento foi concluído em 2012, com o reconhecimento do direito à interrupção da gestação em tais casos.
- Ação proposta em 2001 pelo Procurador-Geral da República, tendo como objeto a análise da constitucionalidade do art. 6º da LC 105/01. Esse dispositivo legal permite que a Receita Federal acesse diretamente informações bancárias de contribuintes, sem a necessidade de prévia autorização judicial, no exercício de suas funções de fiscalização tributária. O julgamento foi concluído pelo STF em 2016. Por maioria de votos, a Corte decidiu pela constitucionalidade da norma, firmando o entendimento de que o compartilhamento de dados bancários com a administração tributária, desde que para fins específicos de fiscalização e mediante resguardo do sigilo fiscal, não configura quebra indevida de sigilo nem afronta os direitos fundamentais dos contribuintes.

31. (FGV/PGM/Canaã dos Carajás/Procurador/2025) A Procuradoria-Geral do Município Alfa recebeu uma consulta do Chefe do Poder Executivo em relação à possibilidade, ou não, de a Lei municipal nº X/2015 ter a sua validade contestada, perante o STF, em um processo objetivo de controle de constitucionalidade, por afrontar regra de competência prevista na CF. Com relação à Lei municipal nº X/2015, considerando o referido questionamento, assinale a afirmativa correta:

- Pode ser analisada pelo STF em sede de recurso extraordinário.
- Pode ser analisada pelo STF em sede de processo objetivo, tal qual alvitrado na consulta.
- Somente pode ser cotejada com a Constituição Estadual, o que deve ser feito pelo Tribunal de Justiça.
- Somente poderia ser analisada pelo STF, da forma alvitrada na consulta, se fosse anterior à CF.
- Pode ser cotejada tanto com a Constituição Estadual quanto com a CF, o que somente pode ser feito pelo Tribunal de Justiça.

32. (FGV/PGM/Macaé/Procurador/2024) Determinada lei estadual disciplinou certo direito fundamental, que deveria ser assegurado em estrita harmonia com os seus termos. Apesar de muito comemorada pelos setores da sociedade beneficiados, instaurou-se uma controvérsia constitucional relevante, no âmbito de inúmeras estruturas estatais de poder, a respeito de sua conformidade constitucional, o que levou à prolação de diversas decisões autorizando a inobservância desse diploma normativo, isto sob o argumento de que seria inválido. Ao tomar conhecimento dessa situação, o Governador do Estado, um dos entusiastas da lei estadual, solicitou que o Procurador-Geral do Estado analisasse a possibilidade dele, Chefe do Poder Executivo, submeter a matéria ao STF, de modo que fosse reconhecida a sua plena validade. Foi corretamente esclarecido ao Governador do Estado que:

- é possível o ajuizamento de reclamação.
- é possível o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade.
- é possível o ajuizamento de ADPF.
- a matéria somente pode ser apreciada pelo STF em sede de controle difuso de constitucionalidade.
- o controle concentrado de constitucionalidade não pode ser realizado pelo STF, apenas pelo Tribunal de Justiça.

33. (Vunesp/PGM/Sorocaba/Procurador/2024) O Procurador-Geral da República propôs, durante o período de recesso do Poder Judiciário, ADPF sob o fundamento de que alguns juízes e tribunais vêm adotando interpretação do art. 287 do Código Penal (art. 287.Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena – detenção, de três a seis meses, ou multa) que impediria a realização da “marcha da maconha”, requerendo que fosse dada interpretação conforme à Constituição para excluir qualquer interpretação que criminalizasse a defesa da legalização das drogas, inclusive com pedido de medida liminar. Com base na situação hipotética apresentada, no disposto na Lei 9.882/99 e na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a ADPF proposta não deve ser conhecida, visto que não é o meio processual adequado para se deliberar sobre a interpretação conforme, cabendo, da decisão de indeferimento da petição inicial, agravo, no prazo de cinco dias.
- proposta a ADPF durante o recesso do Poder Judiciário, a análise do pedido de medida liminar dependerá da decisão da maioria absoluta dos membros do STF.
- antes de analisar o pedido de medida liminar, o relator da ADPF deverá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União, no prazo comum de quinze dias.
- a ADPF proposta não deve ser conhecida, pois não se caracterizou a imprescindível subsidiariedade, cabendo, da decisão de indeferimento da petição inicial, agravo, no prazo de quinze dias.
- é cabível a propositura de ADPF em face de controvérsia judicial ocasionada por interpretações judiciais violadoras de preceitos fundamentais, e, apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias.

34. (Vunesp/PGM/São José do Rio Preto/Procurador/2023) A respeito da ADPF, assinale a alternativa correta:

- A arguição incidental constitui um incidente de inconstitucionalidade, que tem por objeto qualquer ato do Poder Público e ser suscitada, de ofício, pelo órgão judicial responsável pelo julgamento do caso.
- Caso o STF admita a arguição incidental, o processo que a originou será suspenso por 120 dias.

- Para que a ADPF seja admitida, é necessária a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante, por meio de decisões divergentes de pelo menos dois tribunais diferentes.
- Assim como se dá no âmbito da ADI, o direito municipal não pode ser objeto de ADPF.
- Tanto a arguição autônoma quanto a incidental podem ter por objeto qualquer ato do Poder Público, inclusive anteriores à Constituição, administrativos e jurisdicionais.

35. (FGV/PGM/Niterói/Procurador/2023) A Constituição do Estado Alfa veiculou determinados comandos direcionados à proteção do meio ambiente no território estadual, os quais passaram a ser rigorosamente cumpridos por aqueles que exploravam atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente. Pouco menos de dois meses depois, sobreveio a Emenda nº Y, que alterou a disciplina estabelecida pela Constituição do Estado Alfa. A alteração, no entanto, foi considerada, por muitos, incompatível com a CF, de modo que diversos órgãos administrativos e jurisdicionais, em relação aos últimos em decisões proferidas em litígios individuais e coletivos, negavam-se a aplicá-la, o que vinha gerando grande insegurança jurídica. Insatisfeito com esse quadro, o Partido Político Alfa, que somente contava com representantes na Câmara dos Deputados, solicitou que o seu advogado analisasse a maneira de se sustentar, perante o STF, em sede de controle concentrado, a constitucionalidade da Emenda nº Y. O advogado respondeu, corretamente, que o Partido Político Alfa:

- não pode ajuizar nenhuma ação perante o STF para a realização do objetivo almejado.
- pode ajuizar ADI para que seja declarada a perda da eficácia das normas originais da Constituição do Estado Alfa.
- pode ajuizar apenas a ADPF, considerando que a discussão diz respeito ao direito constitucional intertemporal.
- pode ajuizar apenas a ação declaratória de constitucionalidade para que seja reconhecida a compatibilidade da Emenda nº Y com a CF.
- por se tratar de matéria de direito constitucional intertemporal, é possível que a matéria seja apreciada pelo STF em sede de controle difuso ou em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

36. (Fundatec/PGM/Campo Bom/Procurador/2023) A lei municipal que ofende o texto da CF poderá ser questionada por meio de:

- mandado de segurança coletivo.
- ação de descumprimento de preceito fundamental.
- ADI.
- ação direta de constitucionalidade.
- representação de inconstitucionalidade.

37. (Cespe/PGM/Natal/Procurador/2023) Em relação à ADPF, assinale a opção correta:

- A decisão proferida em ADPF terá efeito restrito às partes e aos interessados no processo.
- Indeferida a petição inicial em processo de ADPF, caberá recurso ordinário, no prazo de 10 dias.
- A possibilidade de suspensão dos processos ou dos efeitos das decisões judiciais foi julgada inconstitucional pelo STF, por ferir o princípio da economia processual.
- As decisões a respeito das ADPF serão tomadas em sessão com a presença de, no mínimo, 2/3 dos ministros do STF.
- Da decisão que julgar improcedente a ADPF caberá agravo, no prazo de 10 dias.

38. (Cespe/PGM/São_Paulo/Procurador/2023) No que se refere à ADPF, assinale a opção correta:

- O princípio de subsidiariedade torna inadmissível a ADPF quando houver qualquer via processual, de caráter difuso ou concentrado, hábil a levar ao Poder Judiciário determinado contencioso constitucional.
- A ADPF desempenha importante papel no controle concentrado de constitucionalidade, por permitir levar ao STF contenciosos constitucionais pertinentes ao direito pré-constitucional e ao direito municipal.
- Os preceitos fundamentais passíveis de controle por meio de ADPF são precisamente aqueles elencados no art. 5º da CF e as cláusulas pétreas.
- O Analogamente ao que se exige para admissão de ação declaratória de constitucionalidade, em ADPF o autor precisa demonstrar controvérsia judicial relevante acerca do tema constitucional.
- No caso de ADPF em que se questione ato jurídico federal em face da CF, a legitimidade passiva para responder à ação será necessariamente do Congresso Nacional.

1.2. Controle Difuso

SÚMULAS

STF SUV 010 Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta a sua incidência no todo ou em parte.

QUESTÕES OBJETIVAS

39. (Vunesp/PGM/Campinas/Procurador/2025) Considere que, em sede de controle difuso de constitucionalidade, por meio de julgamento de recurso extraordinário repetitivo, com repercussão geral, o STF decidiu a lide e não declarou a lei inconstitucional, mas, por razões de segurança jurídica, é desejável que tal decisão tenha seus efeitos modulados. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- em face da não declaração de inconstitucionalidade da lei, o quórum exigido para a modulação de efeitos da decisão é da totalidade dos membros da Turma do STF em que tramita o recurso extraordinário.
- em sede de controle difuso de constitucionalidade, a modulação de efeitos deve ser feita pelo relator do recurso extraordinário, desde que haja motivação em razões de segurança jurídica.
- como o STF não declarou a lei inconstitucional, exige-se quórum de maioria absoluta para modular os efeitos dessa decisão.
- diante da excepcionalidade da modulação de efeitos em sede de controle difuso, é necessário voto favorável de pelo menos 3/4 dos membros do STF.
- não se admite a modulação de efeitos em sede de controle difuso de constitucionalidade.

40. (Vunesp/PGM/Paulínia/Procurador/2025) Considere que o Senado Federal decidiu suspender a eficácia de normas municipais que concedem a categorias profissionais específicas de servidores públicos o direito à aposentadoria especial, por exercerem suas funções em condições insalubres. A decisão de suspender a eficácia dessas normas, com base no art. 52, X, da CF, tem sido invocada em respeito à autonomia do parlamento e da defesa da higidez financeira do Estado brasileiro, nos seus mais variados

níveis. Inconformado com a situação e sabendo que o município possui regime similar, o Secretário de Fazenda convoca procuradores do município para uma reunião, para entender qual é a real competência do Senado Federal, no sistema de controle de constitucionalidade. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do STF, os procuradores poderão informar, corretamente, que:

- a decisão do Senado Federal é constitucional caso haja prévia manifestação, do STF, em sede de controle difuso.
- por mutação constitucional, o Senado Federal não exerce qualquer função no sistema brasileiro de controle de constitucionalidade de normas.
- o Senado Federal somente será invocado a dar publicidade à decisão do STF que julgue o caso inconstitucional na hipótese de a norma ser previamente apreciada pela Corte, em sede de controle difuso de constitucionalidade.
- o STF, em julgado recente, entendeu que o Senado Federal pode suspender a eficácia de normas estaduais e municipais, quando exercer essa competência com haja precedente análogo do Plenário da Corte.
- a competência constitucional não pode ser exercida, ainda que haja manifestação do STF sobre o assunto, pois o Senado Federal somente deve ser provocado para dar publicidade à decisão da Corte, proferida em controle difuso, caso o processo envolva normas da União.

41. (Cespe/PGM/Aracaju/Procurador/2025) A procuradoria jurídica municipal tem legitimidade para interpor recurso contra acórdão de tribunal de justiça proferido em representação de inconstitucionalidade.

42. (Vunesp/PGM/Lins/Procurador/2025) Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- Decisão de órgão fracionário de tribunal que afasta a incidência de ato normativo do poder público, sem declarar expressamente sua inconstitucionalidade, não viola cláusula de reserva de plenário.
- É necessária a submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do STF.
- Decisão monocrática proferida por Relator em ação cautelar que implicitamente deixar de aplicar ato normativo do poder público não viola a cláusula de reserva de plenário.
- CNJ pode exercer o controle incidental de constitucionalidade.

43. (Vunesp/PGM/Santo André/Procurador/2024) No que toca ao controle difuso de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- o pronunciamento do Plenário, pela rejeição ou acolhimento da arguição de inconstitucionalidade, é irrecorrível.
- é requisito essencial para interposição de recurso extraordinário a juntada do Acórdão do Pleno que julgou precedente semelhante de inconstitucionalidade para aferição do caso concreto, se a matéria tratar de reconhecimento de incidente de constitucionalidade pelo órgão fracionário.
- a arguição de inconstitucionalidade será acolhida se obtiver a maioria simples dos votos dos integrantes do Pleno do Tribunal, pelo menos em relação a um dos vários fundamentos.
- a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, mas afaste sua incidência no todo ou em parte, não viola a cláusula de reserva de plenário.
- é requisito essencial para análise de recurso extraordinário pelo STF a juntada da tira de julgamento realizado pelo Pleno do Tribunal que declarou a inconstitucionalidade de lei.

44. (Consulplan/PGM/Divinópolis/Procurador/2024) No que tange ao controle de constitucionalidade de normas municipais, analise as afirmativas a seguir.

- I. O foro competente para a discussão de inconstitucionalidade através de ADI de norma municipal é o STF.
- II. Juiz Estadual de primeira instância pode, em seu julgado, considerar norma municipal inconstitucional, para justificar sua decisão. Entretanto, essa decisão não tem efeitos erga omnes e sim apenas intraprocessuais.
- III. A inconstitucionalidade de norma municipal, frente à Constituição Estadual, será discutida através de ADI no Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- IV. O controle de constitucionalidade de norma, classificado enquanto concentrado, é feito apenas e exclusivamente pelo STF.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

45. (Vunesp/PGM/São José do Rio Preto/Procurador/2023) A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Há previsão positivada, na ordem jurídica brasileira, de controle jurisdicional abstrato preventivo.
- b) O controle principal é, via de regra, de natureza abstrata, mas pode, excepcionalmente, ter natureza concreta.
- c) O único instrumento jurídico hábil a combater a omissão inconstitucional é a ADI por omissão.
- d) A alteração da realidade fática não é capaz de tornar inconstitucional norma que, em princípio, considerava-se como constitucional.
- e) Um artigo não pode ter uma parte inconstitucional e outra parte considerada constitucional.

46. (Fundatec/PGM/Porto Alegre/Procurador/2023) No que diz respeito ao controle de constitucionalidade, é correto afirmar que leis e atos normativos municipais:

- a) Não se submetem ao controle de constitucionalidade jurisdicional realizado em abstrato tendo por parâmetro a CF.
- b) Somente se submetem ao controle de constitucionalidade jurisdicional realizado em abstrato se o parâmetro for a Constituição Estadual.
- c) Tendo por parâmetro a CF, tanto submetem-se ao controle de constitucionalidade jurisdicional difuso, realizado em concreto, quanto ao controle jurisdicional concentrado, realizado em abstrato.
- d) Tendo por parâmetro a CF, somente submetem-se ao controle jurisdicional concentrado, realizado em abstrato, quando a norma objeto for pré-constitucional.
- e) O STF não admite a submissão ao controle jurisdicional concentrado, realizado em abstrato pelo STF via ADPF quando, em tese, também for cabível a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos em face da Constituição Estadual de que trata o art. 125, § 2º da CF.

1.3. Temas Esparsos

QUESTÕES OBJETIVAS

47. (Cespe/PGM/Aracaju/Procurador/2025) É possível o reconhecimento de inconstitucionalidade formal no processo de reforma constituinte quando houver vício de manifestação de

vontade do parlamentar pela prática de ilícitos, desde que haja a demonstração inequívoca de que, sem os votos viciados pela ilicitude, a proposição não seria aprovada.

48. (Fundatec/PGM/Tangará da Serra/Procurador/2025) Sobre o controle de constitucionalidade, à luz da doutrina e dos precedentes do STF, assinale a alternativa incorreta:

- a) O desrespeito à cláusula de iniciativa reservada das leis, em qualquer das hipóteses taxativamente previstas no texto da Carta Política, traduz situação configuradora de inconstitucionalidade material, insuscetível de produzir qualquer consequência válida de ordem jurídica. A usurpação da prerrogativa de iniciar o processo legislativo qualifica-se como ato destituído de qualquer eficácia jurídica, contaminando, por efeito de repercussão causal prospectiva, a própria validade constitucional da lei que dele resulte.
- b) Mais relevante do que a atualidade do parâmetro de controle é a constatação de que a inconstitucionalidade persiste e é atual, ainda que se refira a dispositivos da CF que não se encontram mais em vigor. Caso contrário, ficaria sensivelmente enfraquecida a própria regra que proíbe a convalidação.
- c) Tem-se inconstitucionalidade reflexa – a cuja verificação não se presta a ação direta – quando o vício de ilegitimidade irrogado a um ato normativo é o desrespeito à lei fundamental por haver violado norma infraconstitucional interposta, a cuja observância estaria vinculado pela CF.
- d) O controle de constitucionalidade de emendas constitucionais tem caráter excepcional e exige inequívoca afronta a alguma cláusula pétreia da CF. Mais excepcional ainda é o controle preventivo de constitucionalidade, visando impedir a própria tramitação de proposta de emenda constitucional.

49. (Cespe/PGM/Aracaju/Procurador/2025) A teoria de Otto Bachof acerca da existência de hierarquia entre normas da Constituição é plenamente admitida pela jurisprudência do STF, o que se confirma pela possibilidade do controle de constitucionalidade de normas oriundas do poder constituinte de primeiro grau no ordenamento jurídico pátrio.

50. (Fundatec/PGM/São Vicente do Sul/Procurador/2025) Uma das características mais fundamentais do constitucionalismo é a adoção de alguma forma de controle de constitucionalidade, como é o caso do atual sistema constitucional brasileiro. Em relação a esse assunto, analise as assertivas a seguir:

- I. A premissa do controle de constitucionalidade é a primazia da constituição, segundo a qual se presume que as normas constitucionais possuem a mais elevada hierarquia no ordenamento jurídico, devendo se alinhar às demais normas jurídicas sob pena de serem invalidadas por sua inconstitucionalidade.
- II. O controle de constitucionalidade preventivo (ou prévio) impede a entrada de uma norma inconstitucional no ordenamento jurídico antes ou durante o processo legislativo, sendo que, no sistema jurídico brasileiro, apenas o Poder Judiciário tem competência para realizar esse tipo de controle.
- III. Caso uma norma jurídica inconstitucional seja criada no sistema jurídico brasileiro, sua constitucionalidade pode ser controlada de forma repressiva (a posteriori), a qual deve ocorrer através de processos judiciais e, portanto, de competência de todos os órgãos que compõem o Poder Judiciário.
- IV. No sistema jurídico brasileiro, o controle repressivo pode ser exercido de duas maneiras: (i) difusa, caso em que se questiona a constitucionalidade de um ato normativo em processo específico e cuja decisão se dará para a tutela concreta do interesse individual das partes no processo; ou (ii) concentrada, situação em que o controle não se foca em uma situação

concreta em específico, mas visa analisar a constitucionalidade de determinado ato normativo em abstrato.

Quais estão corretas?

- Apenas I e III.
- Apenas I e IV.
- Apenas II e III.
- Apenas II e IV.
- I, II, III e IV.

51. (Consulplan/PGM/Esmeraldas/Procurador/2024) Vereador do Município de Esmeraldas, diante de supostas irregularidades no trâmite de projeto de lei municipal, manejou mandado de segurança, pleiteando seu direito líquido e certo a participar de um trâmite legislativo hígido. Esse caso configura hipótese de controle de constitucionalidade:

- repressivo híbrido.
- repressivo político.
- preventivo judicial.
- preventivo legislativo.

52. (Vunesp/PGM/Marília/Procurador/2024) No sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, quando ocorre o descumprimento de regras de competência previstas na CF por um ato normativo, diz-se que é um tipo de inconstitucionalidade:

- material objetiva.
- formal orgânica.
- formal subjetiva.
- por descumprimento de pressupostos objetivos.
- material subjetiva.

53. (Cespe/PGM/Cuiabá/Procurador/2024) Assinale a opção correta em relação ao controle de constitucionalidade:

- Por motivo de segurança das relações jurídicas, os efeitos das decisões judiciais no controle concreto de constitucionalidade são, em regra, “ex nunc”, isto é, não retroativos.
- O controle de constitucionalidade no Brasil parte da premissa de que compete exclusivamente ao Poder Judiciário a guarda da CF.
- No Brasil, pode haver reconhecimento de inconstitucionalidade de uma norma de forma superveniente à promulgação dela, por mudança hermenêutica.
- Nos países onde há sistema de controle concentrado de constitucionalidade, é competência privativa da suprema corte apreciar a compatibilidade das normas infraconstitucionais com a constituição.
- O controle de constitucionalidade por ação tem como objeto normas contrárias ao sistema constitucional e, por isso, identifica-se com o controle formal de constitucionalidade.

54. (Consulplan/PGM/Cacoal/Procurador/2024) Em 2005 um Estado da federação, por atividade do seu Poder Legislativo, editou uma lei contendo previsão diversa à positivada em lei federal, estabelecendo a possibilidade de retrocessão nos casos de desapropriação para implantação de parcelamento popular destinados às classes de menor renda. Nesse caso, é correto afirmar que a lei estadual, em relação à CF:

- Possui uma inconstitucionalidade do tipo formal orgânica.
- É formal e materialmente compatível com o texto constitucional.
- Possui uma inconstitucionalidade do tipo formal propriamente dita.
- Ao editar regra de caráter geral, fere a distribuição constitucional de competências concorrentes entre os entes federativos.

55. (Consulplan/PGM/Pouso Alegre/Procurador/2024) Acerca do controle de constitucionalidade das normas, analise as afirmativas a seguir.

- O sistema brasileiro, a exemplo do norte-americano, adotou a teoria da nulidade da norma nos casos de declaração de inconstitucionalidade de Lei.
- Como regra, a decisão em sede de controle de constitucionalidade tem caráter constitutivo e o vício da norma é aferido no plano de sua eficácia.
- A técnica de modulação dos efeitos da decisão, com regulamentação na legislação infraconstitucional, permite a mitigação da teoria da anulabilidade, adotada no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro.
- Na realização do controle difuso de constitucionalidade, utiliza-se a teoria da anulabilidade, pela qual uma Lei é anulada a partir do momento em que o Poder Judiciário declara sua inconstitucionalidade.

Está correto o que se afirma apenas em:

- I.
- IV.
- I e II.
- III e IV.

56. (Consulplan/PGM/Pouso Alegre/Procurador/2024) Suponha que em 1970 foi editada a Lei Y e que ela tenha permanecido em vigor até a edição da CF. Em relação à Lei Y, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- A Lei Y poderá ser recepcionada pela CF se com ela apresentar compatibilidade formal e material.
- A aferição de possível inconstitucionalidade da Lei Y deverá ter como parâmetro de análise a Constituição de 1967, vigente à época de sua edição.
- Atendidos os devidos requisitos, é possível realizar o controle concentrado da Lei Y por meio de ADPF.
- A incompatibilidade da Lei Y com a CF tem como consequência a sua revogação.

A sequência está correta em:

- F, V, V, V.
- F, F, V, F.
- V, V, F, F.
- V, F, F, V.

2. AÇÕES CONSTITUCIONAIS

2.1. Ação Civil Pública

SÚMULAS

STF SUM 643 O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

STJ SUM 489 Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça Estadual.

STJ SUM 329 O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.

TST SD2 130 I. A competência para a ação civil pública fixa-se pela extensão do dano. II. Em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma vara do trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a tribunais regionais do trabalho distintos. III. Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente para a ação civil pública das varas do trabalho das sedes dos tribunais regionais do trabalho. IV. Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída.

JURISPRUDÊNCIA EM TESES

STJ JT 212-01 O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública para garantir o fornecimento de órteses e próteses às pessoas com deficiência.

STJ JT 272-01 Associações de defesa do consumidor têm legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos sem necessidade de autorização expressa dos associados.

STJ JT 272-02 As associações civis de defesa dos direitos humanos têm legitimidade ativa para a propositura de ação civil pública, como substituta processual, para a defesa de interesses dos visitantes de unidades prisionais submetidos à revista íntima e pessoal consideradas vexatórias, por se tratar de direitos individuais homogêneos.

STJ JT 272-04 Na execução de sentença coletiva substitutiva, a associação civil que atuou como substituta processual passa a exercer função representativa e deve apresentar as procurações individuais dos beneficiários.

STJ JT 272-05 O Ministério Público tem legitimidade para substituir associação autora de ação civil pública, nos casos em que ela for extinta por decisão judicial.

STJ JT 272-06 A intimação do Ministério Público Federal para atuar como litisconsorte ativo em ação civil pública não é obrigatória quando a matéria não é da competência da Justiça Federal e o autor perdeu a capacidade processual.

STJ JT 272-07 O Ministério Público Federal não possui legitimidade para assumir o polo ativo de ação civil pública proposta perante a Justiça estadual, em substituição processual de associação civil que foi extinta por decisão judicial, ainda que o processo esteja em curso no Superior Tribunal de Justiça.

STJ JT 272-08 Em ação civil pública promovida pelo Ministério Público, o adiantamento dos honorários periciais ficará a cargo da Fazenda Pública a que estiver vinculado, por aplicação analógica da Súmula nº 232 do STJ.

STJ JT 272-09 Nas ações civis públicas por danos ambientais e urbanísticos, o litisconsórcio passivo facultativo prevalece como regra geral.

STJ JT 272-10 A legitimidade ativa das pessoas jurídicas da administração pública indireta para propor ação civil pública exige a demonstração da pertinência temática entre suas finalidades institucionais e do interesse jurídico tutelado na demanda.

INFORMATIVOS

STF Ações civis públicas: destinação de valores de condenações pecuniárias. Encontram-se presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar, pois: (i) há plausibilidade jurídica quanto à alegação de que a destinação dos valores provenientes de condenações e acordos em ações civis públicas trabalhistas deve observar parâmetros legais e constitucionais, especialmente transparência, rastreabilidade e efetividade na aplicação dos recursos; e (ii) há perigo da demora na prestação jurisdicional, consubstanciado nos riscos da destinação inadequada desses valores e pelo histórico de contingenciamentos e bloqueios de fundos públicos, com comprometimento à reconstituição dos bens lesados e à proteção dos direitos sociais dos trabalhadores. Na espécie, discute-se a constitucionalidade de decisões da Justiça do Trabalho que determinaram o repasse de valores de condenações coletivas para fundações privadas ou entidades diversas, em detrimento dos fundos públicos previstos no art. 13 da Lei da Ação Civil Pública – Lei 7.347/85, que estabelece a reversão das indenizações a fundo gerido por conselho federal ou estadual, com participação do Ministério Público e de representantes da sociedade civil, destinado à recomposição dos bens lesados. Esta Corte estabeleceu, como regra, que as indenizações coletivas fixadas pela Justiça do Trabalho ou pactuadas em Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o Ministério Público do Trabalho devem ser direcionadas ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) ou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esses recursos devem ser aplicados exclusivamente em programas e projetos voltados à proteção dos direitos dos trabalhadores, sendo vedado qualquer tipo de contingenciamento, bloqueio ou impedimento à sua execução. Apenas em situações excepcionais, quando não for possível ou adequado o repasse direto ao FDD ou ao FAT, a destinação dos valores observará os parâmetros estabelecidos na Resolução Conjunta nº 10 do CNJ e do CNMP (2), especialmente quanto à transparência, rastreabilidade e prestação de contas, cabendo ao magistrado ou ao membro do Ministério Público comunicar o respectivo conselho. *ADPF 944 MC-Ref, 16/10/2025. Pleno. Inf 1195.*

STJ Ação civil pública. Dano moral coletivo. Trote universitário. Contexto jocoso. Grupo restrito de estudantes. Amplificação digital por terceiros. Ausência dos requisitos configuradores. As declarações proferidas durante trote universitário, dirigidas a grupo específico e posteriormente divulgadas em redes sociais, não configuram dano moral coletivo. *REsp 2060852, 4ª T, 14/10/2025. Inf. 870.*

STJ Ação civil pública. Honorários advocatícios. Associação civil autora. Divergência entre turmas do STJ. Art. 18 da Lei 7.347/85. Princípio do acesso à justiça. Distinção entre legitimados. Simetria inaplicável ao réu. Cabe condenação da parte ré em honorários advocatícios quando a ação civil pública for ajuizada por associação ou fundação privada. *REsp 1304939, Corte Especial, 30/10/2025. Inf. 872.*

STJ Ação civil pública. Desocupação de área ambientalmente protegida. Parque estadual. Obrigação de pagar. Direitos difusos. Cumprimento de sentença coletiva. Ministério Público. Legitimidade. Uma vez cumprida a obrigação de fazer pelo ente estadual, o Ministério Público possui legitimidade para, concorrentemente ao Estado, promover a execução de obrigação de pagar relativa à tutela de direitos difusos. *AREsp 2072862, 2ª T, 04/02/2025. Inf. 839.*

STJ Ação civil pública. Decisão interlocutória. Agravo de instrumento. Cabimento. Microssistema de tutela coletiva. Aplicação. A norma específica inserida no microssistema de tutela coletiva, prevendo a impugnação de decisões interlocutórias mediante agravo de instrumento (art. 19 da Lei 4.717/65), não é afastada pelo rol taxativo do art. 1.015 do CPC, uma vez que o inciso XIII desse artigo contempla o cabimento do agravo em outros casos expressamente referidos em lei. *AREsp 2159586, 1ª T, 03/12/2024. Inf. 838.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

7. (Objetiva/PGM/Varginha/Procurador/2022) Quais são as finalidades da ação civil pública e quem são seus legitimados ativos?

8. (IBFC/PGM/Dourados/Procurador/2022) Com o intuito de promover educação ambiental aos munícipes da cidade de Serra Azul, estado de Dourados/MS, a Prefeitura local houve por bem, após realização de audiências públicas, da obtenção de parecer jurídico favorável, de prévia autorização legislativa da Câmara de Vereadores e mediante prévio estudo de impacto ambiental, edificou, no ano de 2021, um pequeno edifício no “Parque Municipal das Aves” especialmente destinado a estudantes da rede pública municipal. Inconformados com a ação da Prefeitura, moradores da região instituíram em janeiro de 2022, uma entidade denominada “Associação dos Amigos do Parque das Aves”, exigindo a demolição de toda estrutura edificada bem como o ressarcimento ao erário dos valores empregados na obra pública. Nesse mesmo ano, no mês de março, ingressaram por meio da entidade associativa com ação civil pública contra o Município de Serra Azul, onde formularam pedidos de demolição da obra de reconstituição do “status quo ante”, da restituição de valores aos cofres públicos decorrentes da obra pública da ordem de R\$ 50 mil e pela responsabilização do Chefe do Poder Executivo por ilícito de improbidade administrativa. O Município foi citado na pessoa Secretário Municipal do Meio Ambiente para apresentar sua defesa se manifestar no prazo de 15 dias. O pedido foi apresentado a uma das Varas Cíveis da Comarca local, olvidando o fato de que no referido Município existe uma Vara Especializada. Nesse sentido, na qualidade de Procurador do Município de Serra Azul, elabore a peça processual adequada, apontando para possíveis preliminares e atentando para o fato de que os associados deixaram de realizar assembleia específica e também deixaram de juntar aos autos autorização individualizada de cada associado relacionada à propositura da mencionada ação civil pública.

9. (Vunesp/PGM/Guarujá/Procurador/2021) O que vem a ser a chamada “limitação territorial da eficácia da coisa julgada proferida nas ações civis públicas coletivas”? Apresente a posição do STF e do STJ sobre o tema.

QUESTÕES OBJETIVAS

57. (FGV/PGM/Abreu_e_Lima/Procurador/2025) O Município de Abreu e Lima recebeu mandado de citação referente a ação civil pública, bem como de intimação para cumprimento de tutela provisória de urgência. Quanto à tutela provisória concedida, o Juízo da Vara Única de Abreu e Lima determinou, sem

oitiva prévia da Procuradoria-Geral, que o Município, no prazo de 72 horas, promova a abertura de 350 vagas em creches municipais, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. Após pedido de informações para subsidiar a defesa do Município, o Secretário de Educação lhe informou que é tecnicamente inviável cumprir a decisão, sob pena de gerar grave desordem na prestação do serviço educacional municipal. Sobre o caso acima, é correto afirmar que:

- a) a decisão é nula, pois a tutela provisória somente pode ser concedida em desfavor do Poder Público após a oitiva do representante judicial da Fazenda, o que não ocorreu.
- b) concedida eventual suspensão da decisão pela Presidência do Tribunal de Justiça, tal suspensão vigorará, salvo revogação ou anulação, até a sentença de mérito do processo.
- c) o Município poderá formular pedido de suspensão da decisão à Presidência do Tribunal de Justiça, caso em que também poderá interpor agravo de instrumento em face da mesma decisão, cumulativamente.
- d) efetuado pedido de suspensão à Presidência do Tribunal de Justiça e sendo este negado, o Município poderá interpor agravo interno, cujo prazo de interposição será de 5 dias, sem cômputo em dobro.
- e) interposto agravo de instrumento pelo Município em face da decisão e sendo este desprovido pelo Tribunal de Justiça, será cabível a formulação de novo pedido de suspensão à Presidência do Tribunal de Justiça.

58. (Vunesp/PGM/Campinas/Procurador/2025) A respeito do termo de compromisso de ajustamento de conduta (TAC), é correto afirmar:

- a) em decorrência da ausência de previsão legal, não se admite a celebração de nenhum TAC que envolva direitos individuais homogêneos ou coletivos stricto sensu.
- b) é possível firmar um TAC antes, durante ou após o processo coletivo, por exemplo, na fase executiva da demanda.
- c) foi instituído no ordenamento jurídico brasileiro por meio de previsão na Lei de Ação Popular.
- d) em face do princípio da indisponibilidade do interesse coletivo, o TAC pode envolver exclusivamente pretensões inibitórias.
- e) o compromisso de ajustamento de conduta extrajudicial tem legitimidade ampla, podendo ser firmado pelos órgãos públicos, pelas associações legitimamente constituídas há pelo menos dois anos ou pelo Ministério Público.

59. (Fundatec/PGM/Soledade/Procurador/2025) Em relação à Lei 7.347/85, incluindo-se as suas atualizações, a qual disciplina a ação civil pública, analise a sentença abaixo:

- I. Sem prejuízo da ação popular, a ação civil por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente e ao consumidor poderão ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer (1ª parte).
- II. A lei afirma que não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados (2ª parte).
- III. As ações previstas na Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa (3ª parte).

Quais partes estão corretas?

- a) Apenas a 1ª parte.
- b) Apenas a 3ª parte.
- c) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
- d) Apenas a 2ª e a 3ª partes.
- e) Todas as partes.

60. (Cespe/PGM/Aracaju/Procurador/2025) Nas ações civis públicas no âmbito de competência territorial do órgão prolator da decisão, a limitação da coisa julgada é inconstitucional, entre outras razões, por violação à isonomia e ao princípio da eficiência na prestação da atividade jurisdicional.

61. (Fundatec/PGM/Tangará_da_Serra/Procurador/2025) A respeito da ação civil pública, regulamentada pela Lei 7.347/85, à luz da jurisprudência do STF, analise as seguintes assertivas:

- I. É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/85, alterada pela Lei 9.494/97, sendo ripristinada sua redação original.
- II. Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- III. Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) I, II e III.

62. (Cespe/PGM/Aracaju/Procurador/2025) Todo brasileiro nato ou naturalizado tem legitimidade para propor ação civil pública que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

63. (FGV/PGM/Vitória/Procurador/2024) Em razão das deficiências detectadas, no âmbito de determinado ente federativo, na prestação do serviço de educação básica, o Ministério Público ajuizou ação civil pública com o objetivo de obter provimento jurisdicional que determinasse a sua regularização, formulando diversos pedidos nesse sentido. Em situações dessa natureza, é correto afirmar que o Poder Judiciário deve:

- a) negar-se a substituir-se ao administrador no delineamento de finalidades e na gestão de políticas públicas.
- b) limitar-se a determinar medidas pontuais, não avançando para as generalidades estruturais do sistema.
- c) apontar as finalidades a serem alcançadas, cabendo à Administração delinear o plano ou os meios para alcançá-las.
- d) nomear administrador judicial, de modo a regularizar a gestão do sistema, com posterior reassunção pela Administração.
- e) determinar, se necessário for, a utilização de ocupantes de cargos em comissão e servidores temporários para suprir as carências de professores.

64. (Vunesp/PGM/Sorocaba/Procurador/2024) De acordo com a jurisprudência do STJ, o prazo para ajuizamento da execução individual de sentença proferida em ação civil pública é:

- a) prescricional e de 2 anos.
- b) decadencial e de 3 anos.
- c) prescricional e de 3 anos.
- d) prescricional e de 5 anos.
- e) prescricional e de 10 anos, em face da inexistência de previsão específica.

65. (Vunesp/PGM/Santo_André/Procurador/2024) Acerca da ação civil pública, é correto afirmar:

- a) o Ministério Público atua em ações desta natureza apenas como polo ativo.

- b) os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- c) os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 5 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- d) em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e até o triplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- e) o juiz concederá o efeito suspensivo a todos os recursos interpostos de sentença oriunda dessas ações, para evitar dano irreparável à parte.

66. (Vunesp/PGM/Aparecida/Procurador/2024) Um influenciador digital começa uma campanha nas redes sociais que possuem mais de três milhões de seguidores, orientando as pessoas que o assistem, em sua maioria jovens, a comprar um produto de sua fabricação, que promete emagrecimento de 30 quilos em 30 dias. O Ministério Público, diante de inúmeras denúncias recebidas, pois quem fez uso do produto passou a ter queda de cabelo e manchas escuras na pele, com clara intoxicação, e diante da confirmação de que tal produto não tem registro em nenhum órgão sanitário oficial, ingressou diretamente com ação civil pública contra tal influenciador. Diante dos fatos, é correto afirmar que:

- a) na presente ação promovida pelo Ministério Público, o juiz poderá determinar que o influenciador retire as postagens de suas mídias sociais sob pena de cominação de multa diária e/ou execução específica, mesmo que não haja requerimento do Parquet nesse sentido.
- b) tal demanda só será válida se precedida obrigatoriamente de um inquérito civil.
- c) por se tratar da venda de um produto que vem colocando em risco a saúde de muitas pessoas, somente uma ação na esfera penal poderá ser proposta pelo Ministério Público.
- d) deferida a liminar para parar a comercialização do produto, com incidência de multa, seus valores poderão ser executados imediatamente, sem que se aguarde o trânsito em julgado a ação em curso.
- e) a proibição da comercialização do produto só poderá ser deferida liminarmente com pedido expresso do Ministério Público, no caso autor da ação.

67. (Consulplan/PGM/Divinópolis/Procurador/2024) Existem duas ações em trâmite simultâneo. Elas são ação civil pública, cujo objetivo é a recuperação de meio ambiente, referindo-se a uma mesma área em parte do objeto discutido em ambas. A primeira está em curso na Justiça Estadual de Minas Gerais e a Segunda na Justiça Federal também de Minas Gerais. No que tange ao narrado, assinale a afirmativa correta:

- a) A Ação Civil Pública é regida por normas processuais específicas e especiais. Por isso, a competência para o processamento de ambas as Ações, no caso concreto, será determinada sempre pela que tenha sido distribuída em primeiro lugar e não por qualquer critério de supremacia derivada do federalismo.
- b) A competência da Justiça Federal, tem por base um critério objetivo. A natureza jurídica da relação litigiosa é essencial à determinação da competência processual. Sendo a área objeto das Ações Cíveis em curso no todo ou em parte federal ou sob responsabilidade federal a reunião de ambas deve ocorrer no juízo Federal.
- c) A Ação Civil Pública no caso está sujeita ao critério processual geral da litispendência. A Ação que foi distribuída antes tem a competência pelo critério geral do CPC. A competência

federal que se sobrepõe à competência Estadual não se aplica às Ações coletivas e sim às Ações comuns. Por essa razão, a competência será decidida pela regra geral do CPC.

- d) A competência da Justiça Federal tem por base um critério subjetivo, o qual não leva em conta, por regra, a natureza da relação jurídica litigiosa, e sim a identidade dos figurantes na relação processual. Logo, se for estabelecida uma relação de continência entre a ação civil pública de competência Federal com outra da Justiça Estadual, a reunião de ambas deve ocorrer no juízo Federal.

68. (Vunesp/PGM/Osasco/Procurador/2024) Considere que a Associação Civil Crédito Seguro ajuizou ação civil pública em face do Banco Crédito Mais requerendo a tutela jurisdicional para defesa dos direitos individuais homogêneos dos consumidores do Estado X que celebraram contrato de crédito rotativo com a referida instituição financeira e tiveram que pagar taxas contratuais exorbitantes, mas não juntou qualquer prova documental. Com base na situação apresentada e no disposto na jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) Para que a Associação Civil Crédito Seguro seja considerada uma legitimada ativa para propor ação civil pública, precisa estar constituída há pelo menos dois anos e incluir entre seus fins institucionais a defesa de consumidores.
- b) A petição inicial apresentada pela Associação Civil Crédito Seguro apenas será recebida se estiver acompanhada da autorização de cada um dos associados que se sentiram lesados pelas práticas do Banco Crédito Mais, sendo dispensável a prova documental.
- c) Como o processo coletivo brasileiro foi inspirado na “class actions for damage” inglesa, é preciso que a Associação Civil Crédito Seguro apenas comprove que a ação versa sobre direitos individuais homogêneos, dispensando-se a prova documental, uma vez presente a inversão do ônus da prova.
- d) Ainda que se trate de ação coletiva, que tenha como causa de pedir abusividade contratual, é inviável que seja ajuizada sem que seja colacionado aos autos uma única prova documental.
- e) Em face da inversão do ônus da prova, dispensa-se a juntada de prova documental pelo autor coletivo, no entanto, a natureza jurídica da tutela buscada pela Associação Civil Crédito Seguro não se enquadra no âmbito da tutela coletiva.

69. (Vunesp/PGM/São José do Rio Preto/Procurador/2023) Acerca do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, de acordo com o atual entendimento do STJ, se:

- a) a União ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado improcedente, a União não é condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios, ainda que comprovada a má-fé.
- b) a União ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado procedente, a empresa não é condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios, em razão do princípio da simetria.
- c) uma associação ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado improcedente, a associação será condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios.
- d) uma associação ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado procedente, a associação não será condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios, em razão do princípio da simetria.
- e) uma associação ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado procedente, a associação será condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios, desde que comprovada a má-fé.

70. (Fepese/PGM/Balneário_Camboriú/Procurador/2023)

Assinale a alternativa correta acerca da ação civil pública:

- É facultado ao Poder Público e a outras associações legítimas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
- Qualquer dos legitimados ativos poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias sobre atos lesivos ao patrimônio público.
- Em caso de condenação em pecúnia, o valor da indenização deverá reverter à entidade pública interessada, como forma de reconstituição dos bens lesados.
- Compete ao foro de domicílio do legitimado ativo conhecer e processar a ação civil pública que tenha por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- Nas ações que envolvam direitos relativos a questões previdenciárias ou ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço deverão ser intimadas para compor a lide as organizações sindicais representativas das categorias envolvidas.

71. (Ibade/PGM/Rio Branco/Procurador/2023) Sobre a Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), é correto afirmar que:

- a ação civil não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- não é admitido o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.
- poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificacão prévia, em decisão sujeita a agravo.
- as ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local do réu.
- para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 5 dias.

2.2. Ação Popular**SÚMULAS**

STF SUM 101 O mandado de segurança não substitui a ação popular.

STF SUM 365 Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.

INFORMATIVOS

STJ Ação popular. Condenação. Ressarcimento ao erário. Dano presumido. Impossibilidade. Não é possível a condenação, em ação popular, ao ressarcimento ao erário com base em dano presumido, sem comprovação efetiva de prejuízo financeiro e não apontado na petição inicial nexa causal e efetividade do dano para a responsabilização. *AgInt no REsp 1773335, 2ª T, 17/11/2025. Inf 873.*

STJ Impugnação à cobrança de tributo. Interesses individuais homogêneos de caráter tributário. Ação Popular. Não cabimento. Não é cabível o ajuizamento de ação popular para discutir interesses individuais homogêneos de caráter tributário. *REsp 2167861, 2ª T, 18/03/2025. Inf 852.*

STJ Manifestações públicas de agente político. Ação popular. Ato administrativo lesivo. Ausência. Via eleita. Inadequação. Para o cabimento da ação popular, exige-se a indicação de ato administrativo ou a ele equiparado, dotado de efeitos concretos e potencial lesivo aos bens jurídicos tutelados, pelo que declarações públicas ou opiniões de agentes políticos, desprovidas de efeitos jurídicos vinculativos, não configuram atos ilegais e lesivos para fins de admissibilidade da ação popular. *REsp 2141693, 1ª T, 19/02/2025. Inf 842.*

QUESTÕES OBJETIVAS**72. (Fundatec/PGM/Tangará da Serra/Procurador/2025)** A Lei 4.717/65 regulamenta a ação popular. Considerando o disposto em referido diploma, assinale a alternativa correta:

- Qualquer pessoa será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
- Consideram-se patrimônio público para os fins da referida lei os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico, cultural ou turístico.
- As certidões e informações obtidas no contexto da referida lei deverão ser fornecidas dentro de 15 dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução de ação popular.
- O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe autorizado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

73. (Consulplan/PGM/Pouso Alegre/Procurador/2024) A ação popular é um instrumento jurídico que permite a qualquer cidadão brasileiro, no pleno gozo de seus direitos políticos, questionar judicialmente atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Essa ação visa garantir a participação direta dos cidadãos na defesa do interesse público, contribuindo para a promoção da transparência, proibição administrativa e responsabilidade na gestão pública. De acordo com a Lei 4.717/65, analise as afirmativas a seguir.

- Quando o autor o preferir, a citação dos beneficiários far-se-á por edital com o prazo de trinta dias, afixado na sede do juízo e publicado três vezes no jornal oficial do Distrito Federal, ou da Capital do Estado ou Território em que seja ajuizada a ação. A publicação será gratuita e deverá iniciar-se no máximo dez dias após a entrega, na repartição competente, sob protocolo, de uma via autenticada do mandado.
- O prazo de contestação é de quinze dias, prorrogáveis por mais quinze, a requerimento do interessado, se particularmente for difícil a produção de prova documental; será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.
- A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.
- Se, no curso da ação, ficar provada a infringência da lei penal ou a prática de falta disciplinar a que a lei comine a pena de demissão ou a de rescisão de contrato de trabalho, o juiz, "ex-officio" determinará a remessa de cópia autenticada das peças necessárias às autoridades ou aos administradores a quem competir aplicar a sanção.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

74. (Fundatec/PGM/Porto Alegre/Procurador/2023) A respeito da ação popular, prevista na Lei 4.767/65, é correto afirmar que:

- a) É adequada à tutela de direitos difusos e coletivos em sentido estrito.
- b) A legitimidade ativa é de órgãos e entidades com representatividade adequada para a tutela dos direitos.
- c) Tem por objeto exclusivo a condenação por ato lesivo ao patrimônio público por meio de indenização pecuniária.
- d) A propositura da ação não induz a prevenção do juízo para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.
- e) Na defesa do patrimônio público, não caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

75. (Fundatec/PGM/Uruguaiana/Procurador/2023) Proposta ação popular em relação ao Município de Uruguaiana, o magistrado atribuiu ao representante do Ministério Público a condição de “amicus curiae”. A decisão em questão está:

- a) Correta, pois o magistrado possui a prerrogativa de nomeação do “amicus curiae”.
- b) Incorreta, pois a atuação do Ministério Público em ação popular é na condição de fiscal da ordem jurídica, não podendo assumir a condição de “amicus curiae”.
- c) Incorreta, pois a atuação de “amicus curiae” somente é admitida em demandas coletivas.
- d) Incorreta, pois o “amicus curiae” somente é autorizado a atuar na fase recursal.
- e) Incorreta, pois o magistrado somente pode nomear “amicus curiae” se houver pedido de alguma das partes do processo.

76. (Fundatec/PGM/Porto Alegre/Procurador/2023) Sobre os aspectos procedimentais da ação popular, é incorreto afirmar que:

- a) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará, além da citação dos réus, a intimação do representante do Ministério Público.
- b) Se o autor desistir da ação ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.
- c) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas.
- d) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente, caberá apelação, com efeito suspensivo.
- e) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público.

77. (Vunesp/PGM/Piracicaba/Procurador/2023) Sobre a ação popular, assinale a alternativa correta:

- a) A desistência da ação pelo Autor popular é equiparada à lide temerária, impondo ao autor o pagamento do décuplo das custas.

- b) Se no curso da ação ficar demonstrada a ocorrência de falta disciplinar passível de demissão, o magistrado, “ex officio”, aplicará a medida, como efeito secundário da condenação.
- c) A sentença julgada improcedente por deficiência de prova faz coisa julgada oponível erga omnes.
- d) Qualquer cidadão é parte legítima para recorrer em face da sentença de procedência ou improcedência da ação popular.
- e) Mesmo que determinado Município tenha contestado a ação popular, poderá executar a sentença em qualquer tempo e, no que o beneficiar, contra os demais réus.

2.3. “Habeas Corpus”

SÚMULAS

1) Competência

STF SUM 299 O recurso ordinário e o extraordinário interpostos no mesmo processo de mandado de segurança, ou de “habeas corpus”, serão julgados conjuntamente pelo Tribunal Pleno.

STF SUM 691 Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de “habeas corpus” impetrado contra decisão do relator que, em “habeas corpus” requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

2) Hipóteses de Cabimento

STF SUM 395 Não se conhece de recurso de “habeas corpus” cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção.

STF SUM 606 Não cabe “habeas corpus” originário para o Tribunal Pleno de decisão de turma, ou do plenário, proferida em “habeas corpus” ou no respectivo recurso.

STF SUM 692 Não se conhece de “habeas corpus” contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.

STF SUM 693 Não cabe “habeas corpus” contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

STF SUM 694 Não cabe “habeas corpus” contra decisão condenatória a pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

STF SUM 695 Não cabe “habeas corpus” quando já extinta a pena privativa de liberdade.

STJ SUM 648 A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em “habeas corpus”.

TST SD2 156 É cabível ajuizamento de “habeas corpus” originário no Tribunal Superior do Trabalho, em substituição de recurso ordinário em “habeas corpus”, de decisão definitiva proferida por tribunal regional do trabalho, uma vez que o órgão colegiado passa a ser a autoridade coatora no momento em que examina o mérito do “habeas corpus” impetrado no âmbito da corte local.

3) Legitimidade

STF SUM 208 O assistente do Ministério Público não pode recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de “habeas corpus”.

4) Outros Temas

STF SUM 344 Sentença de primeira instância concessiva de “habeas corpus”, em caso de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, está sujeita a recurso “ex officio”.

STF SUM 431 É nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação, ou publicação da pauta, salvo em “habeas corpus”.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STJ JT 036-01 O STJ não admite que o remédio constitucional seja utilizado em substituição ao recurso próprio (apelação, agravo em execução, recurso especial), tampouco à revisão criminal, ressalvadas as situações em que, à vista da flagrante

ilegalidade do ato apontado como coator, em prejuízo da liberdade da paciente, seja cogente a concessão, de ofício, da ordem de “habeas corpus”.

STJ JT 036-02 O conhecimento do “habeas corpus” pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, e a parte deve demonstrar de maneira inequívoca a pretensão deduzida e a existência do evidente constrangimento ilegal.

STJ JT 036-03 O truncamento da ação penal pela via do “habeas corpus” é medida excepcional, admissível apenas quando demonstrada a falta de justa causa (materialidade do crime e indícios de autoria), a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade.

STJ JT 036-04 O reexame da dosimetria da pena em “habeas corpus” somente é possível em situações de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, cujo reconhecimento ocorra de plano, sem incursões em aspectos circunstanciais ou fáticos e probatórios.

STJ JT 036-05 O “habeas corpus” é ação de rito cêlere e de cognição sumária, inadequada para analisar alegações relativas à absolvição, que demandam o revolvimento de provas.

STJ JT 036-06 É incabível a impetração de “habeas corpus” para afastar penas acessórias de perda de cargo público ou graduação de militar impostas em sentença penal condenatória, por não existir lesão ou ameaça ao direito de locomoção.

STJ JT 036-07 O “habeas corpus” não é a via adequada para o exame aprofundado de provas a fim de averiguar a condição econômica do devedor, a necessidade do credor e o eventual excesso do valor dos alimentos, salvo nos casos de flagrante ilegalidade da prisão civil.

STJ JT 036-08 Admite-se, excepcionalmente, “habeas corpus” contra punições disciplinares militares para análise da regularidade formal do procedimento administrativo.

STJ JT 036-09 A ausência de assinatura do impetrante ou de alguém a seu rogo na inicial de “habeas corpus” inviabiliza o seu conhecimento.

STJ JT 036-10 É cabível “habeas corpus” preventivo quando há fundado receio de ocorrência de ofensa iminente à liberdade de locomoção.

STJ JT 036-11 Não cabe “habeas corpus” contra decisão que denega liminar, salvo em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, sob pena de indevida supressão de instância, nos termos da Súmula nº 691/STF.

STJ JT 036-12 O julgamento do mérito do “habeas corpus” resulta na perda do objeto daquele impetrado na instância superior, na qual é impugnada decisão que indefere liminar.

STJ JT 036-13 Compete aos Tribunais de Justiça ou aos Tribunais Regionais Federais o julgamento dos pedidos de “habeas corpus” quando a autoridade coatora for Turma Recursal dos Juizados Especiais.

STJ JT 036-14 A jurisprudência do STJ admite a reiteração do pedido formulado em “habeas corpus” com base em fatos ou fundamentos novos.

STJ JT 036-15 O agravo interno não é cabível contra decisão que defere ou indefere pedido de liminar em “habeas corpus”.

STJ JT 036-16 O “habeas corpus” não é via idônea para discussão da pena de multa ou prestação pecuniária, ante a ausência de ameaça ou violação à liberdade de locomoção.

STJ JT 036-17 O “habeas corpus” não pode ser impetrado em favor de pessoa jurídica, pois o writ tem por objetivo salvaguardar a liberdade de locomoção.

STJ JT 036-18 A jurisprudência tem excepcionado o entendimento de que o “habeas corpus” não seria adequado para discutir questões relativas à guarda e adoção de crianças e adolescentes.

STJ JT 258-12 Nas ações de “habeas corpus”, é inadmissível a intervenção de “amicus curiae”, por se tratar de ação constitucional personalíssima.

INFORMATIVOS

STJ Cultivo doméstico de “cannabis sativa”. Finalidade medicinal. Necessidade terapêutica comprovada. Pendência de regulamentação específica. Salvo-conduto. Possibilidade. É possível a concessão de salvo-conduto para o cultivo de “cannabis sativa” para fins medicinais, desde que comprovada a necessidade terapêutica por documentação idônea, até que haja regulamentação específica pelo Poder Executivo Federal. *AgRg no HC 1017622, 5ª T, 26/11/2025. Inf 873.*

STJ ANPP. Cláusula de reparação mínima de danos morais em favor da família da vítima. Revisão das condições da proposta. Via “habeas corpus”. Inadequação.

“Habeas corpus” não é o instrumento adequado para questionar as condições da proposta de acordo de não persecução penal. *RHC 184507, 6ª T, 01/04/2025. Inf 846.*

STJ Salvo-conduto. Plantio de “cannabis sativa” para fins medicinais. Comprovação da necessidade terapêutica. Autorização da Anvisa para importação de medicamento. Comprovação da impossibilidade de aquisição do fármaco importado. Exigência incabível. Direito de acesso à saúde. Quantitativo de plantas necessárias ao tratamento. Aferição pela primeira instância. Possibilidade. Para concessão de salvo-conduto no plantio de “cannabis sativa” para fins medicinais, não é exigível a comprovação da impossibilidade financeira de aquisição do fármaco importado, autorizado pela Anvisa. *AgRg no HC 913386, 6ª T, 24/02/2025. Inf 842.*

STJ “Habeas corpus”. Ação de destituição de poder familiar. Início do procedimento de adoção. Indeferimento. Prejuízos aos interesses da criança. Situação de risco. Não configuração de violação a direito de locomoção, nem sequer por via reflexa. Inadequação da via. Inocorrência de ilegalidade flagrante. O “habeas corpus” não é a via adequada para impugnar acórdão que indeferiu pedido de conversão de julgamento em diligência para fins de realização de estudo psicossocial, objetivando aferir a aptidão de terceiro interessado para o exercício de guarda, tendo em vista que criança desabrigoada após razoável tempo e acolhida em família substituída não merece os transtornos de nova modificação de sua guarda fática. *Proc. seg. just., 3ª T, 12/11/2024. Inf 23E.*

STJ “Habeas corpus”. Cabimento. Retenção de passaporte. Medida executiva atípica. Conduta do impetrante incompatível com a situação de insolvência. Inexistência de ilegalidade ou abusividade. O HC é cabível para impugnação de ato judicial que determina a retenção de passaporte como medida executiva atípica, a qual deve ser adequada, necessária e razoável. Na situação examinada, concluiu-se que a medida não foi arbitrária e não houve ilícita restrição da liberdade de locomoção, pois, conforme registrado no ato coator, foram feitas diversas tentativas de localização de patrimônio e há indícios claros de ocultação e blindagem patrimonial do devedor, o qual ostenta condição financeira incompatível com a aparente insolvência (participação em torneios de golfe promovidos por celebridades e estilo de vida luxuoso). *HCCiv-1000603-94.2024.5.00.0000, SDI2, 20/05/2025. Inf 302.*

QUESTÕES OBJETIVAS

78. (Idecan/PGM/Patos/Procurador/2025) “Habeas corpus” é garantia constitucional que visa proteger o direito de liberdade, quando ameaçada ou violada por ato ilegal ou abuso de poder. Pode ser utilizada para prevenir ou reverter prisões ilegais ou arbitrárias. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- O Ministério Público não pode impetrar “habeas corpus” em favor de pessoa presa.
- Cabe o “habeas corpus” contra a prisão administrativa atual ou iminente.
- Não se admite concessão de “habeas corpus” de ofício pelo juiz.
- A petição do “habeas corpus” deverá conter a assinatura do impetrante. Se este não souber ou não puder escrever, o juiz deverá nomear lhe defensor dativo.
- Se a ordem de “habeas corpus” for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, ao paciente será dado salvo-conduto, assinado pelo juiz.

2.4. “Habeas Data”

SÚMULAS

STJ SUM 002 Não cabe o “habeas data” (CF, art. 5º, LXXII, letra “a”) se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.

QUESTÕES OBJETIVAS

79. (Vunesp/PGM/Sorocaba/Procurador/2024) É cabível “habeas data” para:

- se obter vista de processo administrativo.